

21 OUT 1994

2 • Sexta-feira, 21/10/94

Con. Brasil

JORNAL DE BRASÍLIA

Pacote e credibilidade

O Governo Federal adotou, nesta quarta-feira à noite, um conjunto de medidas com o objetivo de manter sob controle alguns aspectos da economia que pressionavam o Plano de Estabilização. Aprovada em reunião extraordinária do Conselho Monetário, que chegou a ser apontada como “de emergência” e as medidas como tendo por objetivo “salvar o Real”, a iniciativa adquiriu contornos um tanto dramáticos, dando à situação uma gravidade que não existe.

Na verdade, o pacote incide sobre dois aspectos bastante diversos e autônomos da economia: o do consumo interno, que recebeu maior destaque, e o da movimentação de divisas internacionais. O primeiro tem declaradamente o objetivo de conter a demanda e, assim, um possível recrudescimento do processo inflacionário. Neste caso estão as medidas que limitam as vendas via consórcio, cartão de crédito e financiamentos. O segundo visa a simultaneamente conter o ingresso especulativo de capitais provenientes do exterior e a dar sustentação à cotação do dólar, fornecendo uma proteção aos exportadores sem recorrer a subsídios e isenções que onerariam as contas públicas.

As medidas relacionadas ao comércio exterior, turismo e movimentação de divisas não são surpreendentes e vinham sendo apontadas como necessárias por economistas, empresários e até por membros da própria equipe econômica. O ideal, numa economia de mercado, é que esse tipo de intervenção governamental não ocorresse. Entretanto, o Governo tem o dever de agir em nome do interesse nacional, regulamentando e induzindo o mercado a fim de que a ação de agentes econômicos, que atuam unicamente em proveito próprio, não ponha por terra ou ameace a estabilização da economia que vem sendo intentada com tanto sacrifício pela Nação.

As medidas de contenção do consumo são mais complexas e polêmicas. Em certa medida, o que levou o Governo a adotá-las foram os indícios de que o consumo, em particular de bens duráveis, esteve, nos últimos meses, acima dos níveis desejáveis, o

que pressionava os preços e provocava o desabastecimento de algumas linhas de produtos, já que os fabricantes não vinham conseguindo ampliar a produção de maneira a atender aos pedidos. Nos casos extremos, como dos automóveis, isso provocou o surgimento do ágio.

A justa preocupação das autoridades aumentava na medida em que as pesquisas de preços vinham indicando tendência altista, embora não necessariamente ao impulso dos bens duráveis e pela perspectiva de um natural aumento do consumo nos próximos dois últimos meses e meio em função das festas de fim de ano e do aumento do poder aquisitivo da população em virtude do pagamento do décimo terceiro salário. Que a avaliação do Ministério da Economia e dos membros do Conselho Monetário Nacional não é fantasiosa ou um expediente para desviar as atenções de supostos problemas estruturais do Plano Real, fica evidenciado pelo esforço empreendido pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), no sentido de articular uma trégua de preços pelo menos até o fim do primeiro semestre do próximo ano.

Nem todos os agentes econômicos, sejam empresários ou consumidores, se comportam de tal forma que a resultante dos interesses individuais seja o interesse coletivo. Por um lado, enquanto a Fiesp faz suas gestões, o ex-presidente da entidade, e no momento o presidente em exercício da Confederação Nacional da Indústria, Mário Amato, previa uma onda de aumentos de preços em função da elevação dos custos das matérias-primas. Já os consumidores que preferiram não seguir as recomendações do Governo, no sentido de não fazer compras desnecessárias, e anteciparam suas compras, inclusive através de consórcio, devem estar satisfeitos com sua opção enquanto aqueles que seguiram o conselho oficial devem estar se sentindo os verdadeiros “otários”, pois fizeram o que o Governo recomendou e agora não dispõem das mesmas facilidades de há alguns meses. Nesse sentido, as medidas não deixam de afetar a credibilidade do Governo.